

**ExpressoLivre - ExpressoMail**

---

Remetente: "Bowline Marine & Cargos Consultants" <aclemente@bowline.com.br>

Para: "APPA EQUIPE DE PREGÃO" <pregaoeletronico@appa.pr.gov.br>

Com Cópia: "Mauro Sammarco - Bowline" <msammarco@bowline.com.br>, "Mario Bacic - Bowline" <mbacic@bowline.com.br>

Data: 15/04/2025 14:51 (27 minutos atrás)

Assunto: Re: Contrarrrazões - Recursos PE SAP 151 - Processo 1000000151

Anexos: Contrarrrazoes - Recursos APPA-Assinado.pdf (1.46 MB)

---

Á

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA.**

REF.: Resposta ao recurso impetrado pela empresa Copabo Industria e Comercio de Produtos Técnicos Ltda - Pregão eletrônico nº 151/2024 - Objeto: Realização de ensaios e certificação de capacidade de carga dos Cabeços de amarração.

Prezado Sr. Pregoeiro, Boa Tarde!

Segue anexo contrarrrazões referente ao edital supracitado.

Solicitamos a confirmação de recebimento.

Atenciosamente.



On Thu, 10 Apr 2025 at 12:02, APPA EQUIPE DE PREGÃO  
<[pregaoeletronico@appa.pr.gov.br](mailto:pregaoeletronico@appa.pr.gov.br)> wrote:

Á BOWLINE MARINE & CARGO CONSULTANTS LTDA,

Referente PE SAP 151/2025, processo 1000000151,

Segue em anexo, recurso impetrado pela empresa COPABO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS TECNICOS LTDA, para querendo de acordo com o item 13.3. do edital apresentar as suas contrarrrazões, seu prazo é de 03 (três) dias úteis ou seja até o final do dia 15/04/2025.

Obs. se tiver dificuldades em baixar o arquivo, favor consultar o portal da transparência da APPA.

<https://front-porto-appa-prd.azurewebsites.net/Details/91>

Ao dispor para maiores esclarecimentos.



**Gerência de Administração**

**PREGÃO ELETRÔNICO | Coordenadoria de Licitações - COLIC**

+55 (41) 3420-13 73 (41) 3420 11 27

pregaoeletronico@appa.pr.gov.br

**[www.portosdoparana.pr.gov.br](http://www.portosdoparana.pr.gov.br)**

Palácio Taguaré- Avenida Ayrton Senna da Silva, 161  
**DOM PEDRO II - Paranaguá/PR**



Não contém vírus. [www.avg.com](http://www.avg.com)

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E  
ANTONINA - APPA**

**Processo Administrativo Pregão Eletrônico Nº 151/2024**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**SAP Nº 1000000151**

**BOWLINE MARINE & CARGO CONSULTANTS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.061.157/0001-40, com sede na Rua XV de Novembro, nº 65, Conj. 8B, Centro, Santos/SP, CEP 11010-151, neste ato representada por seu Diretor Técnico Eng. Mauro Sergio de Lucena Sammarco, portador do CREA-SP nº 5061235475 e do CPF nº 121.252.818-21, na qualidade de empresa devidamente habilitada e declarada vencedora no Pregão Eletrônico nº 151/2024, vem, com fundamento no item 13.3 do edital e no art. 86 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da APPA, apresentar suas:

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto por **Copabo Infraestrutura Marítima Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.406.691/0001-53, com sede na Avenida Visconde de São Leopoldo, nº 662, Centro, CEP 11010-200, Santos/SP.

---

#### **1. DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE**

As presentes contrarrazões são tempestivas e cabíveis, considerando a intimação regularmente promovida após a interposição do recurso pela Recorrente cujo objeto foi a tentativa de revisão da decisão que declarou a Recorrida como vencedora do certame, publicada em 07 de abril de 2025, no Portal [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br).

---

#### **BOWLINE**

**Marine & Cargo Consultants**

Rua XV de Novembro, 65 cj: 8B Santos SP Brasil 11010 151

Tel: +55 13 3219 1664 Fax: +55 13 2102 1660

[bowline@bowline.com.br](mailto:bowline@bowline.com.br) [www.bowline.com.br](http://www.bowline.com.br)

Nos termos do **art. 86 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – RILC/APPA**, a apresentação de contrarrazões é etapa integrante do devido processo decisório, em atenção aos princípios da **ampla defesa e do contraditório**.

A publicação da decisão de classificação ocorreu em **07.04.2025**, conforme relatado no próprio recurso da empresa Recorrente. Já a manifestação recursal foi apresentada em **10.04.2025**, por meio da plataforma eletrônica e e-mail oficial indicado no edital.

Dessa forma, a empresa Bowline Marine & Cargo Consultants Ltda., devidamente intimada para apresentar sua manifestação, oferece as presentes contrarrazões com base no prazo legal e editalício, cuja contagem **encerra-se em 15.04.2025**, requerendo seu conhecimento e acolhimento por esta autoridade julgadora.

A manifestação da Recorrida fundamenta-se no respeito aos princípios do contraditório, ampla defesa e legalidade administrativa, demonstrando que a decisão da Comissão Permanente de Licitação está devidamente motivada, tecnicamente embasada e juridicamente correta, não havendo qualquer razão para sua reforma.

## **I. DO MÉRITO**

### **1. Da suficiência das ARTs tempestivamente apresentadas e da validade das CATs emitidas posteriormente à abertura do certame**

A Recorrente sustenta que a Bowline Marine & Cargo Consultants Ltda. apresentou Certidões de Acervo Técnico (CATs) emitidas em data posterior à abertura do certame, o que, em sua visão, comprometeria a regularidade da habilitação técnica.

Contudo, a alegação não encontra respaldo fático, normativo ou jurisprudencial, tampouco traduz qualquer irregularidade que comprometa a lisura do procedimento licitatório.

---

#### **BOWLINE**

##### **Marine & Cargo Consultants**

Rua XV de Novembro, 65 cj: 8B Santos SP Brasil 11010 151

Tel: +55 13 3219 1664 Fax: +55 13 2102 1660

[bowline@bowline.com.br](mailto:bowline@bowline.com.br) [www.bowline.com.br](http://www.bowline.com.br)

Segundo carregam os artigos 2º e 3º da Resolução 1.137/2023 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, a ART *é o instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.*, desta feita, *[T]odo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.*

É portanto, este o único documento que tem emissão obrigatório junto ao órgão de classe competente.

Já a Certidão de Acervo Técnico (CAT) segundo o artigo 47 do mesmo normativo, é documento emitido pelos Conselhos Regionais de Engenharia com a finalidade de certificar, para efeitos legais, as informações **já registradas por meio das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs).**

Trata-se, portanto, de **instrumento declaratório e complementar, e não constitutivo de experiência técnica.** A emissão da CAT não é pressuposto de validade ou de existência dos serviços prestados, tampouco requisito essencial para aferição da experiência técnica do profissional, mas sim um mecanismo de padronização de informações para efeitos de comprovação em procedimentos licitatórios.

Ainda sobre a vinculação dos documentos, e a sua relação hierarquizada, Podemos destacar que o art. 50 da multicitada Resolução aponta que a CAT conterá os dados obtidos na ART:

**Art. 50.** *A CAT, emitida em nome do profissional conforme o Anexo II, deve conter as seguintes informações:*

*I – identificação do responsável técnico;*

**II – dados das ARTs;**

*III – observações ou ressalvas, quando for o caso;*

*IV – local e data de expedição; V – autenticação digital; e*

*VI – o objeto contratado, se disponível*

---

**BOWLINE**

**Marine & Cargo Consultants**

Rua XV de Novembro, 65 cj: 8B Santos SP Brasil 11010 151

Tel: +55 13 3219 1664 Fax: +55 13 2102 1660

[bowline@bowline.com.br](mailto:bowline@bowline.com.br) [www.bowline.com.br](http://www.bowline.com.br)

Inconteste que todas as ARTs relacionadas aos serviços executados pela Recorrida, necessários à comprovação de sua expertise, foram tempestivamente apresentadas no processo licitatório, contendo, de forma clara, as informações técnicas pertinentes, inclusive com referência aos contratos, escopo, locais de execução e datas e devidamente acompanhados dos atestados emitidos pelas empresas contratantes. Os quais, vale mencionar, foram igualmente apresentados na data aprazada.

Tais documentos, registrados no CREA-SP por profissional habilitado, são válidos, eficazes e suficientes para atestar a responsabilidade técnica pela execução das atividades correlatas ao objeto licitado.

Ocorre que por força da previsão editalícia, havia também a necessidade de apresentar as CATs referentes aos serviços executados, e para tanto, tão logo a Recorrida identificou tal necessidade, tratou de providenciá-las junto ao órgão competente para garantir a sua participação no certame.

Como se faz prova com os destaques abaixo<sup>1</sup>, o CREA-SP demanda prazo médio de 20 dias úteis para emissão da CAT, nos casos em que não seja necessária a realização de diligência ou retificação do documento, o que foi necessário no caso em tela, em razão do prazo de emissão das ART e das CATS.

#### **Prazo de conclusão**

**Após contabilização da taxa** de pagamento, o prazo estimado de conclusão do protocolo para obra e serviço realizados no **Brasil** é de **20 (vinte) dias** e, quando prioridade para licitação, de 5 a 15 dias. Para atividades realizadas no **exterior**, o prazo previsto é de **90 (noventa) dias**. Os prazos também podem variar em face aos documentos apresentados.

Quando exigência referente a substituição e envio de novos documentos, o prazo de 20 (vinte) dias é reiniciado a partir do cumprimento da respectiva exigência.

Diante de tal cenário, mesmo tendo a Recorrida agido com zelo e a antecedência que lhe foi possível, os documentos não foram emitidos antes da abertura do certame, por razões alheias ao seu controle.

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://www.creasp.org.br/servico/acervo-tecnico-cat/>

Ou seja, o intervalo entre a publicação do edital e a data da sessão de habilitação foi inferior ao tempo necessário para a emissão da CAT, razão pela qual é absolutamente razoável que o documento tenha sido entregue após a fase inicial — sobretudo considerando que a empresa apresentou as ARTs tempestivamente, com o protocolo de solicitação da CAT, demonstrando diligência e boa-fé.

Assim, a empresa agiu com diligência e transparência, apresentando as ARTs já registradas e informando, desde a fase de habilitação, que as CATs se encontravam em processo de emissão, tendo inclusive apresentado os protocolos que comprovam a solicitação antecedente— situação plenamente justificada e aceita pela Comissão de Licitação, nos termos do edital e do Regulamento Interno de Licitações da APPA.


É o que se observa do recorte da cadeia de emails trocada entre a Recorrida e a APPA:

Ademais disso, como argumento extra, anexamos à este e-mail o cadastro "REGULAR" feito no GMS, tal qual possibilitado no item 11.6 (parte final) do Edital.

Quanto aos documentos de habilitação técnica, é imperioso destacar a apresentação e cumprimento dos itens comandos no Edital, restando disponibilizados:

- Atestados;
- ARTs;
- Indicação de Equipe Técnica Profissional exigida, com declaração de responsabilidade, conforme modelo;
- Registros do Profissional e da Empresa no órgão de classe competente;
- Laudo/ensaio;
- Atestado de Visita Técnica;

Para fins de esclarecimento, ponderamos que as CATs foram solicitadas ao CREA antes mesmo da data da abertura das propostas, em regime de urgência, como se faz prova do quadro destacado abaixo, extraído do sistema de protocolo do CREA/SP.



Protocolo	Nº De Certidão	Nº ART	Certidão	Atividade	Data Solicitação	Prazo
A92025000512		26202042072519	Certidão de Atividade Técnica	Atividade Concluída - Com Atestado	21/02/2025	13 dias
A10205000511		26202041833674	Certidão de Atividade Técnica	Atividade Concluída - Com Atestado	21/02/2025	13 dias

Porém, por motivos alheios ao controle desta licitante, ainda não foram emitidas, razão pela qual deixam de ser disponibilizadas.

Neste sentido, considerando que as CATs aguardadas são baseadas nos registros feitos nas ARTs, estas, são integradas ao conjunto de documentos comprobatórios disponibilizados neste momento, requerendo, desde já a juntada das CATs, tão logo o órgão as disponibilize.

Sendo o que nos cumpria para o momento,

Nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

Portanto, a apresentação tempestiva das ARTs já bastava, por si, para a comprovação da experiência técnica da empresa. A CAT, emitida posteriormente, apenas ratificou formalmente os dados já validados pelo órgão competente. **A tentativa de descaracterizar a capacidade técnica da licitante com base em uma formalidade documental de natureza acessória não pode prevalecer.**

Neste sentido, é ampla e pacificada a jurisprudência do Tribunal de Contas da União no sentido de admitir a recepção de documentos complementares, desde que se refiram a fatos pretéritos, tal qual se identifica no voto do Ministro Walton Alencar Rodrigues, relator do emblemático Acórdão 1.211/2021, cujo conteúdo racional foi seguido também em diversas e ainda mais atuais expressões da Corte de Contas, tal como se vê nos Acórdãos, 2.528/2021, 988/2022, 117/2024 e 3.409/2023, todos do Plenário.

É o excerto:

*[...] a vedação à inclusão de novo documento novo, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.*

Neste sentido, vale ressaltar que a Corte de Contas já analisou caso semelhante, no qual refutou a possibilidade de desclassificação de empresa em razão da apresentação de CAT emitida 84 dias após a abertura da licitação, justamente sob o fundamento de se tratar de documento que meramente registra condução fática preexistente.

É o que se extrai do Acórdão 2.443/2021, da relatoria do Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, citando o Acórdão do Min. Walton acima destacado:

*Nesse sentido, apesar de a CAT 24097/2021 (peça 64) ter sido emitida em 9/3/2021, esta se refere a "participação do Engenheiro Químico Carlos Eduardo Moreira Garrido nos serviços descritos a partir de 3/6/2020, quando foi incluído no quadro técnico da empresa" (peça 64, p. 2, grifo nosso), portanto em momento anterior à realização do certame.*

---

**BOWLINE**

**Marine & Cargo Consultants**

Rua XV de Novembro, 65 cj: 8B Santos SP Brasil 11010 151

Tel: +55 13 3219 1664 Fax: +55 13 2102 1660

[bowline@bowline.com.br](mailto:bowline@bowline.com.br) [www.bowline.com.br](http://www.bowline.com.br)



Ademais, conforme bem pontuado pela Selog, os pareceres jurídicos que pautaram essa decisão, ignoram a jurisprudência mais recente do Tribunal, notadamente o [Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário](#), Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, cujo entendimento foi:

**"Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim) "**

Neste sentido vale reforçar que a própria Recorrente pondera que a juntada de documentos em momento posterior à abertura das propostas é válido desde que **"o proponente tenha condições técnicas exigidas até a abertura das propostas; do contrário, sua proposta encontra-se viciada e, portanto, nula em sua forma e conteúdo"**.

Tal qual ocorre com a Recorrida, que apresentou documentos comprovando a execução pretérita de atividades com as mesmas características exigidas no Edital, fartamente, por meio de atestados, Laudo técnico e ARTs, dentro do prazo conferido pela Administração, não havendo qualquer inovação de conteúdo ou tentativa de suprir ausência de qualificação técnica. A experiência da empresa já estava devidamente demonstrada e registrada nas ARTs, e as CATs apenas formalizaram tal informação em documento emitido pelo CREA, com fé pública.

Diante disso, é absolutamente infundada a tese de que a emissão posterior das CATs comprometeria a legalidade da habilitação. A regularidade do procedimento está integralmente amparada pela Lei nº 13.303/2016, pelo RILC da APPA, pelas normas do CONFEA/CREA, e pela jurisprudência consolidada do TCU, não havendo qualquer óbice à manutenção da habilitação da Bowline.

## **2. Da plena comprovação da experiência técnica exigida no edital e da regularidade das informações constantes das CATs e documentos apresentados**

A Recorrente sustenta que as certidões técnicas apresentadas pela Bowline Marine & Cargo Consultants Ltda. seriam “extemporâneas e inadequadas”, e que não teriam atendido às exigências editalícias quanto ao número mínimo de cabeços exigidos. Argumenta ainda que os documentos seriam omissos quanto à capacidade nominal dos equipamentos testados, o que comprometeria a aferição da experiência técnica mínima exigida.

Contudo, a argumentação carece de base fática e jurídica e não se sustenta diante da ampla, clara e detalhada documentação apresentada pela empresa habilitada, nem diante do juízo técnico da Administração Pública, formado a partir de diligência instrutória regular, criteriosa e suficientemente conclusiva.

### **2.1. Da suficiência e regularidade dos documentos técnicos apresentados**

A Recorrida apresentou, na fase de habilitação, um conjunto robusto de documentos, incluindo Certidões de Acervo Técnico (CATs), Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), atestados emitidos por contratantes públicos e privados, contratos de prestação de serviços e laudos técnicos, todos referidos a serviços efetivamente prestados e compatíveis com o objeto licitado.

As CATs emitidas pelo CREA-SP, com base nas ARTs já registradas, foram elaboradas conforme os critérios do órgão profissional competente. A alegação de que as CATs seriam imprecisas ou omissas ignora que os dados técnicos relativos à capacidade e à quantidade dos cabeços testados constam de forma clara nos demais documentos que compõem o acervo probatório apresentado pela empresa, como os laudos de ensaio e os próprios contratos.

Importa destacar que a Administração, em cumprimento ao dever de obter a proposta mais vantajosa, conforme determina o art. 31 da Lei nº 13.303/2016<sup>2</sup>, realizou diligências dirigidas especificamente à análise técnica dos documentos apresentados pela Bowline, com o

---

<sup>2</sup> Art. 31 da Lei 13.303/2016 “As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo. .”

objetivo de verificar a suficiência da documentação em relação ao número e à capacidade dos cabeços ensaiados.

Tal diligência reforça o entendimento de que compete à Comissão de Licitação adotar todos os meios razoáveis e proporcionais para o esclarecimento e o aprofundamento da análise da documentação. A diligência, nesse contexto, não é mera faculdade — é dever instrumental à tomada de decisão fundamentada e segura.

Em se tratando do cruzamento de informações constantes em 3 ou 4 documentos de caráter técnico, que não têm uma mesma matriz elaborativa, ou seja, não são apresentados com formas idênticas, o que muito se explica em razão da finalidade para a qual cada um deles é confeccionado, é natural que a leitura de um ou de outro revele alguma diferença de exposição explicativa.

Porém, a leitura somada das informações ali lançadas traz a robustez e a confirmação dos dados técnicos que possibilitarão a seleção da proposta mais adequada e vantajosa para atender à demanda que a Administração Pública pretend ever atendida.

Para tanto, além dos documentos exigidos em previsão editalícia, foram oferecidas explicativas técnicas, solicitadas pelo Sr. Pregoeiro, e prontamente atendidas pela Recorrida.

Nelas foram expressadas com maior minúcia, a metodologia empregada, e o número de testes realizados, bem como, em quais condições os mesmos foram realizados, tendo sido inclusive explanado que o registro das CATs refere-se ao resultado alcançado nos testes.

Neste contexto a profunda e extensa análise realizada pela área técnica, ao final de sua investigação atestou a plena satisfação dos requisitos técnicas, incluindo o número mínimo de cabeços testados, identificando, com destaques, a localização de tais informações dentro do conjunto comprobatório:

Em 21/03/2025 às 10:49 horas, "Bowline Marine & Cargos Consultants" <[aclemente@bowline.com.br](mailto:aclemente@bowline.com.br)> escreveu:

Prezado Pregoeiro,

Em atenção à sua solicitação, encaminhamos em anexo as Certidões de Acervo Técnico (CATs) 262025000354 & 262025000378 que foram previamente enviadas nas datas 07/03 (VLI) e 17/03 (BTP), juntamente com o e-mail de envio original.

Gostaríamos de ressaltar que as referidas CATs comprovam que os equipamentos foram submetidos a testes para uma carga de 100 toneladas, informação que se encontra registrada nos documentos anexos.

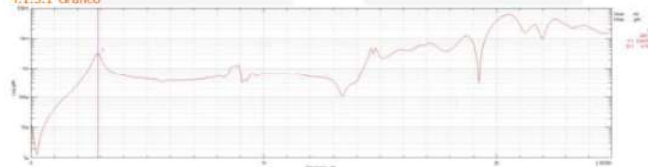
Disponibilizamos em anexo um arquivo explicativo detalhado sobre o processo de funcionamento da nossa ferramenta tecnológica, que descreve os critérios utilizados para sua aferição. De acordo com este critério, aplicamos uma força de 10 kN para a aferição de cabeços com capacidade de 100 toneladas, e uma força de 15 kN para cabeços com capacidade superior a 100 toneladas. Este documento está à disposição para consulta, a fim de esclarecer todos os aspectos técnicos relacionados ao processo de medição.

Como evidenciado nas tabelas a seguir, nosso equipamento utiliza uma força aplicada de 10 kN para a aferição de cabeços com capacidade de 100 toneladas.

VLI

#### 4.1.3 Resultados dos Testes

##### 4.1.3.1 Gráfico



##### 4.1.3.2 Dados

VITiplan Santos						Stiffness,			
Bollard	Quay	Degr	Force K/N	Frequency	Damping %	N/m	Acc1	Acc2	Acc3
							Pk-Pk	Displacement, um	
Dolphin	Berth 1	0	10	287,5	4,75	1,22	178	300	215
South		90	10	287,5	3,11	1,09	96	220	176
		270	10	287,5	3,14	1,04	34	210	163
						1,1			

É importante ressaltar que nossa ferramenta tecnológica é capaz de determinar, com precisão, a real capacidade operacional dos cabeços. Desta forma, os testes realizados podem revelar capacidades divergentes das estimativas iniciais, podendo, assim, confirmar, reduzir ou até aumentar a classificação previamente prevista.

Adicionalmente, informamos que o atestado de prestação de serviço técnico, anexado à CAT, pelo CREA, refere-se ao mesmo documento previamente apresentado, e atesta que um total de seis cabeços foram testados.

Levando em consideração o acima citado, conforme os testes realizados e descritos na CAT262025000354 & CAT262025000378, o número total de cabeços testados para 100 toneladas é de 12.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

----- Forwarded message -----

From: **Bowline Marine & Cargos Consultants** <[aclemente@bowline.com.br](mailto:aclemente@bowline.com.br)>

Date: Fri, 28 Mar 2025 at 15:04

Subject: Re: Re: Re: PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DA EMPRESA BOWLINE MARINE & CARGO CONSULTANTS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2024 - CERTIFICAÇÃO DE CAPACIDADE DE CARGA DOS CABEÇOS DE AMARRAÇÃO NOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

To: APPA EQUIPE DE PREGÃO <[pregaoeletronico@appa.pr.gov.br](mailto:pregaoeletronico@appa.pr.gov.br)>

Cc: Engenharia Marítima <[engenhariamaritima@appa.pr.gov.br](mailto:engenhariamaritima@appa.pr.gov.br)>, Mario Bacic - Bowline <[mbacic@bowline.com.br](mailto:mbacic@bowline.com.br)>, Mauro Sammarco - Bowline <[msammarco@bowline.com.br](mailto:msammarco@bowline.com.br)>

Prezado Pregoeiro,

Em atendimento à sua solicitação, encaminhamos, em anexo o contrato firmado com a Brasil Terminal Portuário (BTP), bem como o já previamente enviado, relatório final, contendo as medições e certificações dos seis (6) cabeços inspecionados, conforme estabelecido no edital nº 151/2024, item 11.5.1C.

Ressaltamos que, no trecho abaixo, retirado do contrato, é possível visualizar as capacidades dos cabeços, assim como suas respectivas marcas e modelos.

1.1. A CONTRATADA prestará à CONTRATANTE o serviço de consultoria em ensaios, análise, certificação e validação para os cabeços de amarração (tipo fundido, 150tf), conforme disposto na Proposta Comercial (Anexo 01), bem como com base nas premissas constantes nas Diretrizes Gerais (publicada).

1.1.1. A CONTRATADA elaborará um Plano de Testes, visando a Certificação e Validação da Carga Nominal de 150t, através de Ensaios e Análises por métodos não destrutivos, com a finalidade de verificar a integridade dos cabeços de amarração, desde problemas estruturais do equipamento, até eventuais microfissuras, utilizando a tecnologia e procedimentos certificados pela Lloyd's Register.

1.1.2. Os ensaios serão realizados em 06 (seis) cabeços do modelo TEE 525x750x900 150tf da marca Trelleborg, sendo: Berço 1: 01A e 04A; Berço 2: 16A, 17B e 30A e; Berço 3: 45A;

Conforme as imagens a seguir, referentes ao relatório final enviado, verifica-se que, na página 4, estão apresentados os resultados das aferições. Ademais, na página 6, é possível observar o gráfico correspondente à medição e ao resultado de um dos cabeços inspecionados.



Página 4

## 4.0 Resumo dos Resultados

Bollard	Type	Rated SWL Tons	Advised SWL Tons	Result	Bollard Scan Certifies	Advised Actions
1	T Head	150 T	150 T	PASS	Yes	Configurar cronograma de manutenção
4A	T Head	150 T	150 T	PASS	Yes	Configurar cronograma de manutenção
16A	T Head	150 T	150 T	PASS	Yes	Configurar cronograma de manutenção
17B	T Head	150 T	150 T	PASS	Yes	Configurar cronograma de manutenção
30A	T Head	150 T	150 T	PASS	Yes	Configurar cronograma de manutenção
45A	T Head	150 T	150 T	PASS	Yes	Configurar cronograma de manutenção

Página 6

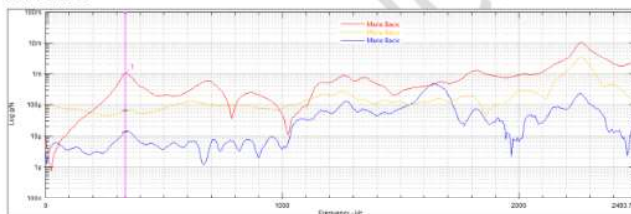
## 7.0 Resultados e Observações dos Testes

### 7.1 Cabeço 1

#### 7.1.1 Fotos



#### 7.1.2 Gráfico



#### 7.1.3 Dados

BTP Surtees		Stiffness		Acc1		Acc2		Acc3	
Bollard No.	Bollard Style	Advised SWL (T)	Barth	Degree	Force K/N	Frequency	Damping %	N/m	Pa-Pa Displacement (µm)
0	T Head	150 T		0	12.5	337.5	7	2.8	168
				90	12.7	387.5	34.4	3.9	389.8
				270	12.2	487.5	9.3	3.3	175.6
								2.3	293.8
									222.2

PASS

Diante do exposto, verifica-se que as capacidades dos cabeços, bem como suas respectivas marcas e modelos, estão devidamente comprovadas. Evidenciando, assim, que os ensaios realizados e atestados pela CAT 262025000378 e ART 2620250327630 atendem à capacidade mínima exigida de 100 toneladas.

Conforme previamente enviado e em conformidade com as exigências do edital, encaminhamos, em anexo, o relatório final das medições realizadas na BTP (item 11.5.1C).

Dessa forma, entendemos que a documentação apresentada atende integralmente aos requisitos estabelecidos para a análise da Habilitação Técnica Operacional da Empresa e da Habilitação Técnica do Profissional.

Desde de já agradecemos pela cooperação e aguardamos as próximas etapas.

Atenciosamente.

A conclusão da Comissão foi clara: a documentação apresentada pela Bowline é compatível com os requisitos editalícios e demonstra a experiência técnica exigida, inclusive quanto ao número e à capacidade dos cabeços testados. Totalizando 12 equipamentos, com capacidade igual ou superior a 100 toneladas, em perfeita consonância com o exigido no edital.

**Da Habilitação Técnica Operacional da Empresa:**

- *Traz-se em tela um dos requisitos de habilitação apresentado no Termo de Referência, item 17.2. “O PROPONENTE deverá emitir Atestado(s) Técnico(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a empresa LICITANTE tenha executado satisfatoriamente, no mínimo, 10 (dez) ensaios de capacidade de carga em cabeços de amarração em portos ou navios, com capacidade mínima de 100 toneladas”.*
- *atestado técnico emitido pela empresa BRASIL TERMINAL PORTUÁRIO (BTP), atrelado à CAT 262025000378, e ART 2620250327630, menciona tanto no atestado quanto na CAT que foram avaliados 6 cabeços de amarração. Entretanto, previamente, não havia sido possível identificar se a capacidade de carga destes 6 cabeços atenderia a 100 toneladas, conforme exigências do Edital.*
- *Complementarmente, em nova diligência, através do documento “Compilado doc. Diligência.pdf”, o qual é citado no Atestado Técnico emitido pela BTP, fez-se evidente que os 6 cabeços ensaiados foram de capacidade superior a 100 toneladas, atendendo aos critérios de habilitação do Edital.*
- *Portanto, após análise realizada, conclui-se que os 6 (seis) cabeços ensaiados, referente ao Atestado Técnico da BTP, atenderam a quantidade mínima de 100 toneladas de capacidade, conforme exigências do Edital.*
- *Em relação ao atestado emitido pela empresa ULTRAFÉRTIL (VLI), atrelado à CAT 262025000354 e ART 2620250327211, fica explícito no atestado da empresa que foram avaliados 6 cabeços de amarração, onde, na CAT, torna-se evidente a capacidade de 100 toneladas.*

Dado o Conteúdo técnico, o mesmo parecer conclusivo foi lançado quanto à habilitação do Profissional indicado como responsável técnico:

(...)

- *Analogamente à Habilitação Técnica Operacional da Empresa, o atestado técnico emitido pela empresa BRASIL TERMINAL PORTUÁRIO (BTP), atrelado à CAT 262025000378, menciona tanto no atestado quanto na CAT que foram avaliados 6 cabeços de amarração. Após análise do contrato citado no Atestado Técnico de*

---

**BOWLINE**

**Marine & Cargo Consultants**

Rua XV de Novembro, 65 cj: 8B Santos SP Brasil 11010 151

Tel: +55 13 3219 1664 Fax: +55 13 2102 1660

[bowline@bowline.com.br](mailto:bowline@bowline.com.br) [www.bowline.com.br](http://www.bowline.com.br)

*Prestação de Serviços (Contrato nº640/2024), ficou evidente que os 6 cabeços possuem capacidade de carga superior a 100 toneladas, atendendo às exigências do Edital (Figura 1, 2 e 3).*

- *Também de forma análoga à Habilitação Técnica Operacional da Empresa, o atestado emitido pela empresa ULTRAFERTIL S.A., atrelado à CAT 262025000354, torna evidente que foram ensaiados 6 cabeços de amarração de 100 toneladas (Figura 4 e 5).*

Assim apreciado e instruído, adveio a conclusão pela inequívoca habilitação da empresa Recorrida:

*“Conclusão:*

*Dado o exposto, conclui-se que a empresa BOWLINE MARINE & CARGO CONSULTANTS LTDA apresentou satisfatoriamente um total de 12 ensaios de capacidade de carga de amarração em portos, com capacidade mínima de 100 toneladas, atrelados à Atestados Técnicos de Prestação de Serviços emitidos pelas contratantes, além de Certidões de Acervo Técnico emitidos pelo CREA-SP validando tais informações.*

*Portanto, sugere-se a habilitação técnica da empresa BOWLINE MARINE & CARGO CONSULTANTS LTDA do Edital nº151/2024”.*

O juízo técnico da Administração Pública, que deve ser prestigiado pela presunção de legitimidade dos atos administrativos, deve prevalecer em ausência de prova técnica em sentido contrário — o que o recurso não traz.

Daí partindo, é importante destacar que o recurso apresentado pela Copabo não traz qualquer elemento técnico capaz de invalidar a documentação apresentada pela Bowline, ou a análise técnica aprofundada, conduzida pela área técnica da APPA.

Ao contrário, limita-se a alegar omissão e inconsistência em dados que já foram apresentados e validados pela própria Administração Pública.

Não há, no recurso, qualquer demonstração de falsidade, imprecisão ou desvio na comprovação técnica — apenas tentativas retóricas de relativizar provas robustas já analisadas, diligenciadas e acolhidas por quem detém competência legal para tanto.



Assim, tendo sido atendidas todas as exigências técnicas, jurídicas, fiscais e formais fixadas no edital — com proposta financeiramente mais vantajosa à Administração — não há fundamento legal ou fático para a desclassificação pretendida.

**3. Da regularidade da metodologia adotada para determinação do SWL e da ausência de previsão editalícia quanto ao método de aferição**

A Recorrente sustenta que os laudos apresentados pela Bowline Marine & Cargo Consultants Ltda. seriam inválidos para fins de comprovação técnica, sob o argumento de que os relatórios emitidos se referem à “SWL recomendada (advised SWL)”, e não à “SWL aferida”, como supostamente exigido para garantir a segurança operacional do objeto licitado.

Contudo, tal alegação não encontra fundamento técnico, tampouco respaldo em previsão expressa do edital. A interpretação adotada pela Recorrente representa tentativa de introduzir requisito técnico não previsto no instrumento convocatório, o que viola o princípio da vinculação ao edital e ignora os critérios estabelecidos no certame.

Veja-se que alegação sequer aponta de maneira efetiva e objetivo, qual o item do Edital que teria sido afrontado, tampouco delimita qualquer impacto real que tenha vislumbrado, no bojo do processo licitatório. E nem poderia fazê-lo, já que o Edital não carregam tal previsão.

Importa destacar que o edital do Pregão Eletrônico ora em comento delimita, com precisão, os parâmetros técnicos que admitidos para a validação e habilitação técnica dos licitantes, dentre os quais não há qualquer menção exigindo que a certificação contenha a expressão “aferida” em detrimento de “recomendada”.

A redação do edital restringe-se à exigência de comprovação da capacidade técnica da empresa para executar serviços de ensaio e certificação de cabeços de amarração, com ênfase na segurança e confiabilidade dos resultados. Não há, no entanto, qualquer especificação metodológica que vincule o licitante a uma única técnica de medição.

---

**BOWLINE**

**Marine & Cargo Consultants**

Rua XV de Novembro, 65 cj: 8B Santos SP Brasil 11010 151

Tel: +55 13 3219 1664 Fax: +55 13 2102 1660

[bowline@bowline.com.br](mailto:bowline@bowline.com.br) [www.bowline.com.br](http://www.bowline.com.br)

Dessa forma, ao restringir o alcance de uma metodologia com base apenas em interpretação subjetiva e não respaldada pelo edital, a Recorrente tenta indevidamente ampliar as exigências editalícias após o encerramento da fase de lances, o que contraria frontalmente o art. 31 da Lei nº 13.303/2016, que assegura o julgamento objetivo e o respeito às regras previamente estabelecidas.

Quanto a este ponto, vale rememorar que item 5.1 do Termo de Referência integrante do Instrumento Convocatório, ao tratar deste aspect determina que (...) *Devido à variedade disponível no mercado para ensaios com estas especificidades, a metodologia para a execução dos ensaios poderá ser realizada tanto de maneira direta ou indireta, desde que não seja destrutivo e atenda a todos os requisitos apresentados no presente Termo de Referência.*

O mesmo item, a frente ainda prevê que *“Para cada cabeça de amarração ensaiado, deverá ser apresentado um certificado distinto, atestando os resultados de carga segura de trabalho (SWL) e carga de ruptura (BL), emitido ou reconhecido por sociedades classificadoras reconhecidas pela Autoridade Marítima, como:*

- a) American Bureau of Shipping;*
- b) Bureau Veritas Ltda;*
- c) Bureau Colombo Ltda;*
- d) DNV;*
- e) Lloyd’s Register;*
- f) Nippon Kaiji Kiokai;*
- g) Registro Italiano Navale; ou*
- h) Registro Brasileiro de Navios e Aeronaves.”*

O método utilizado pela Recorrida, como se vê, é validado pelo Lloyd’s Register, instituto reconhecido pela APPA na listagem oferecida no item 5.1, o que, claramente, conduz ao entendimento por sua adequação.

Nesta toada, cumpre destacar que os serviços executados pela Bowline seguem metodologia amplamente aceita no setor portuário, com respaldo em padrões internacionais.

O Lloyd's Register (LR) é uma das organizações mais respeitadas e antigas do mundo no campo de certificação, inspeção e consultoria em engenharia e segurança. Fundado em 1760, começou como um registro de navios comerciais, e desde então evoluiu para atuar em diversos setores industriais, mantendo sua reputação de rigor técnico e imparcialidade.

Detém credibilidade internacional consolidada, sendo considerado uma autoridade técnica no campo da avaliação e certificação de produtos, materiais e estruturas críticas. Sua participação como entidade certificadora ou avaliadora em qualquer projeto confere elevado grau de confiabilidade e validade técnica aos resultados apresentados.

Os laudos técnicos e certificações emitidos são amplamente aceitos por órgãos reguladores, tribunais, seguradoras e empresas públicas e privadas em todo o mundo, incluindo no Brasil, sendo frequentemente utilizados como prova de conformidade técnica e de desempenho em projetos de infraestrutura, transporte, segurança e energia.

Conforme se depreende do item 6.0 do Relatório de Certificação, a BollardScan é certificada por entidades de reconhecida competência técnica e imparcialidade, como a Vienna Consulting Engineers e a Lloyd's Register, para emissão de certificações com base em testes realizados nos cabeços, conforme padrões internacionalmente aceitos.

Importa destacar que:

A certificação emitida é aprovada pela Lloyd's Register, conforme indicado expressamente no relatório, o que confere ao procedimento adotado presunção de validade e conformidade com os parâmetros técnicos exigidos por órgãos e entidades portuárias de todo o mundo.

O documento esclarece que a certificação dos cabeços é baseada em testes efetivamente realizados, conforme metodologia técnica validada, com emissão de certificado que assegura a carga segura de trabalho (SWL) por um período de 3 anos.

Os ensaios realizados utilizam técnicas não destrutivas, tal como exigido no Edital com base em:

- Simulações matemáticas aplicadas a dados reais de uso;
- Análise comparativa com projetos estruturais originais ou peças de referência;
- Monitoramento de comportamento físico sob esforço, em conformidade com normas técnicas e boas práticas da engenharia portuária.

Ao empregar a expressão “advised SWL” nos laudos não reduz a confiabilidade do resultado, tampouco compromete a integridade da certificação. Trata-se de terminologia usual em ensaios não destrutivos, na qual se atribui valor de carga segura estimada com base em elementos objetivos e verificáveis, como análise estrutural e histórico de uso do equipamento.

Ademais, é importante pontuar que os relatórios técnicos apresentados pela Bowline foram objeto de análise e validação pela Autoridade Portuária, que, no exercício de sua competência, reconheceu a adequação da metodologia utilizada para os fins do certame.

Diante disso, não se pode esquecer que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório veda à Administração Pública a imposição de critérios ou exigências que não tenham sido previamente definidos no edital, o que por sua vez, não permite o acolhimento de pretensão recursal fundada em critério subjetivo, não previsto no edital e que desconsidera a boa técnica adotada pela empresa habilitada, validada pela Administração.

A Bowline comprovou, por meio de laudos técnicos assinados por engenheiros habilitados e acompanhados de ARTs e atestados de execução, que utiliza procedimentos adequados e reconhecidos para emissão dos certificados de carga segura (SWL). A confiabilidade da metodologia adotada está amparada por critérios objetivos, por experiência comprovada e pela atuação reiterada no setor.

Diante de todo o exposto, resta demonstrada, de forma clara e irrefutável, a plena regularidade da habilitação da empresa Bowline Marine & Cargo Consultants Ltda., a qual apresentou documentos tempestivos, idôneos e compatíveis com as exigências do edital, todos

---

**BOWLINE**

**Marine & Cargo Consultants**

Rua XV de Novembro, 65 cj: 8B Santos SP Brasil 11010 151

Tel: +55 13 3219 1664 Fax: +55 13 2102 1660

[bowline@bowline.com.br](mailto:bowline@bowline.com.br) [www.bowline.com.br](http://www.bowline.com.br)

devidamente analisados, complementados por diligências e aprovados pela área técnica da Administração.

As alegações trazidas pela Recorrente não encontram respaldo fático ou jurídico e não se mostram aptas a desconstituir o juízo técnico já firmado pela Comissão de Licitação, tampouco a comprometer a legalidade, a isonomia ou a busca pela proposta mais vantajosa à Administração, tampouco para colocar em dúvida a segurança da operação.

Por todo o exposto, requer-se o **não provimento do recurso interposto pela empresa Copabo Infraestrutura Marítima Ltda.**, com a consequente **manutenção da decisão que declarou habilitada e vencedora a empresa Bowline Marine & Cargo Consultants Ltda.**, nos termos do edital e da legislação de regência.

Nesses termos,  
Pede deferimento.

De Santos para Paranaguá, 15 de Abril de 2025

Assinado digitalmente por:  
MAURO SÉRGIO DE LUCENA SAMMARCO  
CPF: 121.252.818-21  
Certificado emitido por 7º TABELIÃO DE NOTAS -  
SANTOS/SP  
Data: 15/04/2025 14:06:56 -03:00



*Mauro Sérgio de Lucena Sammarco*



RECONHEÇO, a assinatura eletrônica por mim expedida de:  
MAURO SERGIO DE LUCENA SAMMARCO - CPF: 121.252.818-21

Atesto o uso da assinatura eletrônica na data e horário 15/04/2025 14:07:27 -03:00, na cidade de Brasília/Distrito Federal

MNE: 124602.2025.04.15.00004240-24

Em Testemunho da Verdade  
SANTOS/SP, terça-feira, 15 de abril de 2025  
CATARINA PIRES DE CAMARGO VILLALBA-TABELIÃO  
SETIMO TABELIAO DE NOTAS DE SANTOS - SANTOS/SP

Data: 15/04/2025 14:07:27 -03:00



Código de validação: 9LHP8BCVBLALETNKPLKU

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/9LHP8BCVBLALETNKPLKU>